



**ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA SUB-BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO SALGADO, DE FORMA
VIRTUAL, VIA PLATAFORMA MICROSOFT TEAMS
REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DO MÊS DE MAIO
DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.**



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria dos Recursos Hídricos

1 Às treze horas e onze minutos do dia vinte e seis do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, de forma virtual, via
2 Plataforma MICROSOFT TEAMS, foi realizada a Vigésima Oitava Reunião Extraordinária do Comitê da Sub-Bacia
3 Hidrográfica do Rio Salgado – CSBH Salgado, que contou com a participação das instituições membros: Companhia de Água
4 e Esgoto do Ceará (CAGECE) – Marcelo Gutierrez Wuerzius; Associação Comunitária dos Produtores Agrícolas Antônio
5 Neves do Sítio Baixa Grande – José Francisco Rodrigues; Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Balança – Maria
6 Naiara Ferreira de Lucena; Associação Comunitária do Santo Antônio do Espinheiro – Expedito Fernandes da Silva; Sítio
7 Barreiras Fruticultura – Jaqueline de Jesus Lima; Sociedade Anônima de Água e Esgoto do Crato – SAAEC – André Ramos de
8 Souza; Associação dos Assentados da Fazenda Boa Vista - São Judas Tadeu – José Ventura Saraiva; Associação Comunitária
9 para o Desenvolvimento Rural dos Sítios Alto Alegre e Malhada Grande - Maria Lúcia Ferreira Alves; Associação Integrada
10 dos Fruticultores de Lavras da Mangabeira (AFRUTILAM) – Francisco Furtado Guedes; Associação do Distrito de Irrigação
11 Icó/Lima Campos (ADICOL) – Francisco Alexandro Fabrício; ASIDESS Várzea Alegre – José Márcilio dos Anjos Feitosa;
12 Associação de Classe dos Pequenos Irrigantes do Vale São Miguel – José Alves dos Santos Neto; Sindicato dos Trabalhadores
13 Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Porteiras – Maria Gabriel da Silva; Universidade Federal do Cariri (UFCA) –
14 Francisco José de Paula Filho; Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Brejo Santo –
15 Antônio Vidal da Silva; Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Milagres – Cicera
16 Aristides Pereira; Universidade Regional do Cariri (URCA) – Francisco Edmar de Sousa Silva; Sistema Integrado de
17 Saneamento Rural da Bacia do Salgado (SISAR) – Jomávia Lacerda Correia; Associação de Agricultura Familiar e
18 Empreendimentos Familiares Rurais do Distrito de Ponta da Serra – AFERPS – Antonio Laurentino da Silva; Associação de
19 Pequenos Agricultores do Sítio Sabiá – Antônio Domingos Alves; Federação das Associações do Município do Icó – João do
20 Carmo Parnaíba; Sindicato Rural de Cedro (SINRURAL) – José Ferreira Lima; Prefeitura Municipal de Jati – Dayson Gomes
21 Neri; Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Icó - Alan Robson Ricardo Alves;
22 Federação das Associações do Município de Várzea Alegre (FAMUVA) – José da Costa; Sindicato dos Trabalhadores Rurais
23 de Várzea Alegre – André Fiúza de Menezes; Prefeitura Municipal de Milagres – Tânia Maria de Figueiredo Cardoso;
24 Prefeitura Municipal de Missão Velha – Luciene Sousa Silva; Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte – Maria Maiany Piava
25 Lima; Prefeitura Municipal de Baixio – Sheyla Ramalho; Prefeitura Municipal de Umari – Jimmy Kendal Barros Monteiro;
26 Prefeitura Municipal de Barbalha – Claudiana Nascimento de Sousa; Prefeitura Municipal de Várzea Alegre – Tarciso Simião
27 Leonardo; Prefeitura Municipal de Grangeiro – Cícero Roberto Marques Marcelino; Coordenadoria de Saúde/Icó – Cícero
28 Dias de Lima; Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) – José Acácio de Moraes Lima; Secretaria de Recursos Hídricos
29 (SRH) – Luiz Amisterdan Alves de Oliveira; Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) – Lara Vitória Terra Macedo Freitas;
30 Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) – Samuel Pereira de Sousa; SEMACE – Anderson Lima dos Santos;
31 Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) – Manoel Jorge Pinto da Franca; DNOCS – Francisco Fernandes
32 Ferreira e, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO) – Carlos Augusto. Perfazendo assim, o quórum regimental de
33 acordo com o artigo quinze do Regimento Interno do Comitê da Sub-bacia Hidrográfica do Rio Salgado (Decreto nº
34 32.842/2018). O vice-presidente do CSBH Salgado, o sr. Francisco Edmar de Sousa Silva Pinheiro, desejou boas vindas a
35 todos, e agradeceu o empenho dos membros de participar da reunião, saudou a todos os membros em nome do sr. Jimmy
36 Kendal representante da Prefeitura de Umari, e declarou oficialmente aberta a 28ª Reunião Extraordinária do CSBH Salgado.
37 Em seguida passou a palavra para o coordenador do núcleo de gestão da COGERH/Crato, Rafael Landim, que desejou uma
38 boa tarde a todos e todas, apresentou as regras de convivência nas reuniões virtuais, informou que a reunião está sendo gravada
39 e apresentou o ponto de pauta da reunião. O sr. Edmar Pinheiro, informou que o Presidente do Comitê, o sr. Wyldevânio Vieira
40 comunicou que houve um imprevisto, um acidente de trânsito sem vítimas apenas com danos materiais e ele está no local do
41 acidente resolvendo a situação, e assim que possível entra na reunião. O secretário-geral do CSBH Salgado, o sr. Cícero Dias
42 com a técnica do núcleo de gestão da COGERH/Crato, Geryslândia Grangeiro, fizeram a chamada de cada instituição e os
43 membros representantes das suas instituições responderam um a um a presença. Seguindo o ponto de pauta o sr. Edmar
44 Pinheiro passou a fala para o sr. Ubirajara Patrício da gerência de Projetos da COGERH, para trazer informações sobre a
45 elaboração do plano de Bacias Hidrográficas, e após as informações será formado o grupo de trabalho do plano de bacias
46 hidrográficas. Com a palavra o sr. Ubirajara Patrício, desejou boa reunião a todos e a todas. Informou que essa discussão sobre
47 a elaboração dos planos de bacias hidrográficas já e de conhecimento de grande maioria dos membros do comitê,
48 principalmente pelas suas diretorias, tendo em vista que foi uma demanda apresentada em uma reunião com o governador do
49 Estado do Ceará e as diretorias dos Comitês de Bacias, onde foi reivindicado alguns planos de bacias. Então essa é a primeira
50 vez que a COGERH está utilizando inicialmente recursos da própria cobrança pelo uso da água para essa elaboração dos
51 planos, porque os planos que foram criados anteriormente, foram oriundos de projetos da Agência Nacional de Água, Proágua,

Comitê da Sub-bacia Hidrográfica do Rio Salgado - CSBH Salgado
Criado pelo Decreto Estadual nº 26.603 de 14 de maio de 2002
Rua Cícero Araripe, 25 - Pimenta - Crato - CE.
Fone: 0** 88. 3523-6302
e-mail: cbhsalgado@gmail.com / www.csbhsalgado.com.br



ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALGADO, DE FORMA VIRTUAL, VIA PLATAFORMA MICROSOFT TEAMS REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria dos Recursos Hídricos

52 entre outros. Ubirajara falou que provavelmente este ano vai começar o planejamento estratégico do Comitê do Salgado, que
53 desde do ano passado foi criado um grupo temporário para preparar e formatar uma metodologia para elaboração desses
54 planos, que serão elaborados através de uma parceria da Fundação Cearense de Apoio e Desenvolvimento Científico e
55 Tecnológico – FUNCAP, Universidade Federal do Ceará – UFC, Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH e
56 os Comitês de Bacias Hidrográficas. A sequência de construção desses planos iniciará na Bacia do Curu, Bacia do Sertão de
57 Crateús e Bacia da Serra da Ibiapaba, esses foram priorizados porque são as bacias hidrográficas que não tem plano ainda. Os
58 próximos Comitês que iniciarão a elaboração serão Bacia do Litoral, Bacia do Coreaú e Bacia do Acaraú, e deve iniciar no
59 final do ano corrente. Para região do Jaguaribe e Região Metropolitana de Fortaleza vai ficar para o ano 2022. Diante dessa
60 distribuição foram estabelecidas algumas etapas metodológicas, para princípio todo plano de Bacia passará por três momentos:
61 o diagnóstico será a identificação da situação atual da bacia, nos aspectos ambientais, hídricos entre outros; em seguida os
62 prognósticos ou cenários, a partir desse diagnóstico será possível estabelecer cenários tendenciais ou prognóstico de como a
63 bacia se comportará; e a terceira fase é o plano de ação onde estabelecerá metas e ações para que possa chegar dentro do
64 cenário estabelecido nas maiores condições possíveis na área de recursos hídricos da respectiva bacia hidrográfica. Dentro
65 dessas ações serão estabelecidas aprovações intermediárias do Comitê sobre essas etapas. E para isso os Comitês terão que
66 criar grupos de trabalhos ou câmara técnicas para acompanhar essa construção do plano, esses membros que comporão esse
67 grupo devem ser presentes para posteriormente apresentar para suas plenárias. O primeiro trabalho desse grupo ou câmara
68 técnica será a consulta pública em relação aos comitês de bacias, que é um questionário digital, onde todos os membros dos
69 Comitê deverão responder, com o objetivo de coletar informações sobre os problemas hídricos e ambientais, os principais
70 aspectos institucionais e gerenciais, e os principais conflitos existentes na bacia. A ideia é iniciar esse questionário a partir do
71 mês de junho para ganhar tempo. Por fim, Ubirajara solicitou que o Comitê do Salgado fosse trabalhando nesse questionário e
72 na criação do grupo de trabalho ou câmara técnica. Edmar Pinheiro agradeceu pelas informações, falou que é uma temática
73 bastante importante, e questionou se a planária tinha alguma dúvida. O representante da UFCA, o sr. Francisco José de Paula
74 Filho e a representante do SISAR, a sra. Jomávia Lacerda, informaram que tem interesse de participar do grupo de trabalho.
75 Edmar Pinheiro sugeriu que para criação desse grupo seria bom um membro por segmento, sendo: usuário de água, sociedade
76 civil, poder público municipal e poder público estadual ou federal e também pode ter convidados das universidades ou outras
77 instituições que tenham interesse de contribuir na construção desse plano de bacia, falou também que é um processo demorado
78 e de longas reuniões. Edmar Pinheiro sugeriu a plenária que a escolha desses membros deve ser feita com mais tranquilidade,
79 já que terá tempo suficiente para amadurecer um pouco mais esse debate, e deixar para um momento posterior a sua criação. A
80 plenária aprovou e ficou como encaminhamento que a presidência deste comitê deverá encaminhar aos membros, por e-mail,
81 um ofício com informações sobre a proposta do grupo de trabalho em questão, e anexando à este, o material que a COGERH
82 enviará sobre o plano de bacias, onde as instituições membros poderão sinalizar interesse de participação, e que a formação do
83 Grupo de Trabalho do Plano de Bacias Hidrográficas fica agendada para o dia trinta de junho de 2021, na 69ª Reunião
84 Ordinária deste comitê. Posteriormente a técnica do núcleo de gestão da COGERH/Crato, Geryslândia Grangeiro, apresentou
85 as instituições faltosas nas últimas reuniões, que estão no limite ou excederam o limite de faltas, informou que tem algumas
86 instituições que depois que as reuniões se tornaram virtuais tiveram faltas frequentes devido à dificuldade do acesso à internet
87 ou manuseio do aplicativo. Geryslândia informou que a plenária deverá decidir se vai abonar essas faltas, ou as instituições que
88 excederam os limites de faltas perderão acento no comitê. Edmar Pinheiro disse que para essa decisão precisa ter empatia, que
89 devido a pandemia o mundo virtual virou realidade, que tem muitas pessoas que não tem acesso à internet, ou acesso a essas
90 mídias de comunicação, que outros comitês abonaram as faltas dos membros devido a situação, e que no regimento do comitê
91 fala das faltas presenciais, e como estamos vivendo um momento atípico seria justificável abonar essas faltas. O sr. Francisco
92 Furtado Guedes, falou que é de acordo em abonar essas faltas e que uma dessas dificuldades é que alguns membros não tem
93 aparelho compatível para essa plataforma virtual. O sr. José Ventura Saraiva falou que é de acordo com o sr. Edmar, que ele
94 mesmo tem muita dificuldade em acessar ou até mesmo ter internet porque mora na zona rural. O sr. José Márcio falou que
95 nem todo mundo esta adaptado a esse mundo virtual, que essas faltas estão acontecendo em outros conselhos também pelo
96 mesmo motivo, que seria justo que a plenária não afastasse os membros que estão faltando devido a essa dificuldade, e que
97 seria justo fazer uma pesquisa com esses membros para saber qual o problema que está acontecendo e tentar procurar uma
98 solução. O sr. José Alves dos Santos Neto disse que é de acordo em abonar essas faltas, pois tem que se deslocar de Cedro para
99 Iguatu para participar das reuniões do Comitê por não ter acesso à internet, nem aparelho compatível para assistir em casa as
100 reuniões. A plenária decidiu que as faltas fossem abonadas em relação as reuniões virtuais, e que a secretaria - executiva
101 entrará em contato com as instituições para verificar a possibilidade de uma solução, e que essa decisão será formalizada
102 através de uma resolução. Seguindo a ponto de pauta sobre a solicitação da ADICOL para liberação de água do açude Lima

Comitê da Sub-bacia Hidrográfica do Rio Salgado – CSBH Salgado
Criado pelo Decreto Estadual nº 26.603 de 14 de maio de 2002
Rua Cícero Araripe, 25 – Pimenta – Crato – CE.
Fone: 0** 88. 3523-6302
e-mail: cbhsalgado@gmail.com / www.csbhsalgado.com.br



**ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA SUB-BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO SALGADO, DE FORMA
VIRTUAL, VIA PLATAFORMA MICROSOFT TEAMS
REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DO MÊS DE MAIO
DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.**



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria dos Recursos Hídricos

103 Campos, que solicita a liberação emergencial de 70 L/S para atender demanda do abastecimento humano e animal das
104 comunidades do Perímetro. O gerente regional da COGERH/Crato, O sr. Alberto Medeiros, informou que no dia quatro de
105 maio de 2021 a COGERH realizou a batimetria no açude Lima Campos, que se trata de um estudo que visa medir qual a
106 quantidade real do reservatório através de aparelho ultrassônico, que o relatório desse trabalho está em fase de conclusão, e
107 que os dados do volume estão em fase de consolidação. Alberto apresentou algumas fotos do trabalho e informou que algumas
108 áreas do açude que tem muita macrófitas não teve como fazer a medição, que nesses pontos será feita a estimativa matemática
109 do volume que tem abaixo da vegetação. Apresentou um mapa que mostrou onde foi possível fazer a coleta de dados, disse que
110 não foi feito em todo o reservatório porque ele não está todo cheio, e porque alguns pontos tinham macrófitas, e outros pontos
111 estavam tão rasos que não foi possível o barco chegar até lá para ser feita a medição, mas está sendo feita a extrapolação
112 matemática com imagens de satélite e topografia, e também das leituras das réguas que tem no açude, e com essas informações
113 é traçado um volume estimado do valor que tem de água. Alberto Medeiros falou que pelo conhecimento da COGERH, e sem
114 ter o resultado final do estudo que foi feito no açude Lima Campos, a COGERH viu que vai dá em torno de três milhões a
115 menos do que se tem hoje medido. Informou que a situação atual do açude Lima Campos é de 29.684.172 m³ que equivale a
116 44,7% de sua capacidade, apresentou a simulação da liberação para o perímetro de 70 l/s, e falou que como é uma liberação
117 emergencial, é só até a reunião de alocação. Alberto explicou que o Lima Campos é dependente do açude Orós em questão da
118 transferência de água, então tem que acontecer primeiro a reunião de alocação dos vales do Jaguaribe e Banabuiú, que conta
119 com a água do Orós para saber quanto vai ser possível transferir para o Lima Campos, e só depois dessa reunião poderá ser
120 feita a reunião de alocação do Lima Campos, e além disso tem que atender os parâmetros de alocação do comitê que será
121 discutido no dia 30 de junho na 69ª reunião ordinária, e se a plenária do Comitê autorizar liberar hoje uma vazão de 70 l/s no
122 perímetro a vazão emergencial nos meses de junho e julho, o açude chegará no dia trinta e um de julho com até 22.909.110 m³
123 que equivale a 38,1% de sua capacidade, se não liberar nada para o perímetro o açude lima poderá chegar em trinta e um de
124 julho com 23.452.138m³ que equivale a 38,6% de sua capacidade. Alberto informou que antes a vazão do abastecimento de Icó
125 era 71 l/s, e agora a adutora do Cascudo voltou a funcionar atendendo o distrito do Cascudo e sítios vizinhos, e que está
126 consumindo em torno de 20 l/s, e ao todo está sendo captado para o abastecimento humano na bacia do Lima campos 93 l/s.
127 Então é considerado a vazão de 93 l/s, e se for liberada a vazão solicitada para o perímetro de 70 l/s dá um total de 163 l/s, mas
128 essa decisão é da plenária, e se for liberado 70 l/s para o perímetro é uma diferença muito pequena em relação a permanecer
129 fechado. O sr. Cícero Dias fez a leitura do ofício da ADICOL solicitando os 70 l/s e a leitura de um requerimento sobre o Lima
130 Campos solicitando que a reunião de alocação do açude Lima Campos fosse realizada no dia 15 de junho, solicitou a liberação
131 da vazão de 600 l/s na alocação. O sr. Alexandre Fabrício representante da ADICOL falou que quando o ofício foi solicitado a
132 vazão de 70 l/s no dia 12 de abril de 2021, o açude tinha 20% de sua capacidade e essa liberação foi solicitada para
133 complementar o período entre o mês de junho e julho, justamente porque tem uma demora na questão da operação do Lima
134 Campos, então as chuvas já tem cessado e a região do Perímetro fica sem ter água para abastecimento humano e animal.
135 Alexandre Fabrício disse que o açude aumentou de volume do dia 12 de abril ate o momento, e sobre o requerimento falou que
136 foi solicitado que tenha uma antecipação para que o açude Lima Campos possa operar no perímetro irrigado antes de agosto,
137 porque nos últimos anos só foi liberado a água em agosto, e as vezes se estende até mais, sendo que o consumo de água nesse
138 período é maior, e que seria necessário a alocação ser antecipada, antes mesmo da transferência de água do Orós, falou que a
139 situação do Perímetro é crítica. Alberto Medeiros solicitou como ponto de pauta da próxima reunião a validação da batimetria
140 do açude Lima Campos para que as vazões sejam simuladas em cima do novo volume calculado. Falou que se for liberar água
141 do açude tendo por base o que o açude tem acumulado hoje sem considerar a transferência do Orós é um risco porque não se
142 sabe quanto vai ser liberado na reunião de alocação dos vales, e para acontecer a reunião de alocação do Lima Campos é
143 necessário esperar a reunião de alocação dos Vales para simular somando o que vai ser liberado do Orós para o Lima Campos.
144 Mas para isso cabe a decisão da plenária. Alexandre Fabrício representante da ADICOL falou que continua insistindo na
145 proposta de 600 l/s já que os parâmetros serão definidos na próxima reunião do comitê. Edmar Pinheiro falou que essa
146 proposta de 600 l/s será discutido posteriormente, pois o que foi solicitado foi a liberação dos 70 l/s. O sr. Francisco Canindé
147 presidente da ADICOL desejou boa tarde e falou que o fechamento da comporta no final do ano, e em sequência de um
148 inverno irregular, o perímetro sempre é prejudicado e a reunião de alocação do Lima Campos ultimamente está sendo em
149 agosto e já chegou a se estendeu para setembro, e com isso atrasa o calendário de plantio dos usuários, por isso a ADICOL
150 solicitou os 70 l/s de forma emergencial para atender as comunidades que dependem da água e o consumo dos animais, e em
151 relação ao requerimento, a ADICOL defende que a reunião de alocação seja antecipada o quanto antes, e que se for realizada
152 antes da reunião dos vales não interfere em nada, pelo volume atual que tem é possível liberar para o perímetro irrigado
153 independente da vazão que o Orós vai liberar para o Lima Campos. E em relação a batimetria ele falou que acha complicado



ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALGADO, DE FORMA VIRTUAL, VIA PLATAFORMA MICROSOFT TEAMS REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria dos Recursos Hídricos

154 porque o DNOCS tem uma leitura do Açude e a COGERH tem outra totalmente diferente, e mesmo considerando o volume da
155 COGERH dá para liberar na reunião de alocação os 600 l/s no Perímetro. Alberto Medeiros sugeriu que a diretoria do Comitê
156 solicitasse via ofício ao Fórum Cearense de Comitê de Bacia, a antecipação da reunião de alocação dos Vales, para que na 69ª
157 reunião ordinária decidir o dia da alocação do Lima Campos. Rafael Landim informou que no ano passado o atraso da
158 alocação do Lima Campos foi devido uma reunião para anular a resolução que restringia o uso do açude Lima Campos
159 exclusivamente para consumo humano da sede de Icó, e posteriormente foi realizada a alocação do Lima Campos pelo Comitê
160 do Salgado. O sr. Edmar Pinheiro colocou em votação e a plenária aprovou a liberação de mais 70 l/s no perímetro irrigado,
161 além dos 93 l/s que já está sendo captado para o abastecimento humano, totalizando uma vazão de 163 l/s. Seguindo o ponto de
162 pauta, sobre a vazão ecológica para as fontes da Chapada do Araripe, o sr. Alberto Medeiros, falou que solicitou ao Comitê
163 uma definição sobre a vazão, porque não existe nada na legislação que define sobre a vazão ecológica, explicou o processo de
164 outorga está sendo automatizado, se não houver a vazão ecológica corre o risco de 100% da água da fonte ser outorgada, no
165 caso das fontes da Chapada do Araripe, corre o risco de não sobrar nada de água das fontes para os animais e nem para o
166 próprio solo, e com isso tem um prejuízo grande nas fontes. Alberto falou que quando o processo de outorga era passado pela
167 gerência regional tinha o cuidado de resguardar 20% das fontes. Alberto apresentou a ata da 18ª Reunião Extraordinária do
168 CSBH Salgado, realizada em 28 de janeiro de 2016 sobre a vazão ecológica, falando que ainda não existe um estudo
169 aprofundado sobre qual é de fato o percentual das vazões ecológicas das nascentes da Chapada do Araripe, nessa ata foi
170 aprovada a vazão ecológica da fonte Vale Verde com 30%, onde a Gerência Regional passou a usar para as outras fontes
171 também, mas não tem nada registrado em relação as demais fontes. Por isso a solicitação ao Comitê de bacia para definir esse
172 percentual, para ser regulamentado e para que os novos processos de outorgas online não prejudique as fontes. Alberto falou
173 que o comitê vai propor se vai ter a vazão ecológica e qual a porcentagem dessa vazão, e depois dessa decisão, essa
174 deliberação será levada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONEHR, para que vire uma norma para outorga. O sr.
175 Carlos Augusto representante do ICMBIO informou que está em um trabalho de elaboração do plano de manejo da área de
176 Proteção Ambiental – APA Chapada do Araripe, e essa informação sobre a vazão ecológica é muito importante para que
177 possam incorporar nas normativas, apontou que o decreto estadual nº 31.076 de 12 de dezembro de 2012, que regulamenta os
178 artigos 6º da lei estadual 14.844 de 2010, que trata sobre a outorga de recursos hídricos, o artigo 14º no item II fala sobre a
179 prioridade ao abastecimento da população, dessedentação animal e a vazão ecológica. Falou que ainda não tem o regramento
180 legal para disciplinar o valor da porcentagem da vazão ecológica, mas também existe esse decreto do Estado que obriga que
181 deixe o percentual para que tenha dentro da outorga esse item de vazão ecológica a ser deixado para o ambiente natural, Carlos
182 Augusto, falou que o ICMBIO tem trabalhado junto ao plano de proteção do soldadinho do Araripe, identificando ferramentas
183 e metodologias para calcular essa vazão, e que tem colegas que já trabalharam com esse tema na região sudeste do Brasil que
184 poderiam junto conosco ajudar nesse levantamento de informação. O sr. Paulo Maier representante do ICMBIO, falou que
185 termo vazão ecológica é construído historicamente para cursos d'água, então quando vai fazer uma represa, por exemplo, para
186 geração de energia, irrigação e captação para abastecimento humano, nos estudos ambientais existe a necessidade de avaliar
187 qual é a quantidade de água que pode ser retida e qual é a quantidade que não pode ser retirada do curso d'água de forma que
188 se mantenham os peixes, e atividades de transporte por via fluvial, então o termo vazão ecológica não é um conceito conhecido
189 ou usual para as nascentes. Informou que na Chapada do Araripe tem a existência da vegetação de mata úmida, e isso é um dos
190 objetivos do decreto de criação da Área de Proteção Ambiental da Chapada, que é a manutenção da vegetação de beira de
191 curso d'água, ela só é garantida obviamente se existir água, caso não exista ao longo do tempo vai deixar de ter esse tipo de
192 formação vegetal, que pelo decreto de criação da APA é nossa obrigação manter, então na maior parte dos casos a necessidade
193 de ter um método para que seja definida em cada um dos cursos d'água, qual é a quantidade, qual percentual de água que não
194 pode ser retido, e que não pode ser usado para outros fins, e que atualmente não temos estudos para isso. Paulo Maier, explicou
195 que o Ministério do Meio Ambiente contratou há alguns anos atrás consultoria para atentar ajudar e definir o que seria esse
196 método mais adequado, e foram apontados vários métodos, mas não existe um regramento dizendo qual o método certo, pois
197 tem nascentes com vazões maiores e outras menores, historicamente na chapada do Araripe foi adotado esse padrão de 20% de
198 vazão ecológica, ou seja, o total de vazão que existe em uma fonte só pode ser outorgado até 80%, houve uns estudos onde
199 apareceram uma queda acentuada das vazões nas nascentes, praticamente em todas. Nesse contexto começou o debate da
200 necessidade de discutir aquilo que já era adotado dos 20%, e esse valor não é um valor que foi calculado, e portanto ele se
201 aplica ou se aplicaria para todas as nascentes, com a queda de vazão das nascentes passou a discutir duas coisas, o primeiro é
202 que talvez 20% não fosse mais suficiente, e o segundo a necessidade de estabelecer um método que pudesse nos aproximar
203 mais do valor que deveria ser guardado como vazão ecológica, e aí um estudo para cada uma das nascentes, e nas outras
204 nascentes houve um esforço pelos usuários para readequar as outorgas exatamente para tentar construir a possibilidade de



**ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA SUB-BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO SALGADO, DE FORMA
VIRTUAL, VIA PLATAFORMA MICROSOFT TEAMS
REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DO MÊS DE MAIO
DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.**



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria dos Recursos Hídricos

205 aumento da vazão para 30%. Paulo disse que foi fundamental para que seja mantido todo o ciclo de vida que existe no pé de
206 serra, e que inclusive algumas pessoas tenham água em distância maiores das nascentes. Falou que o dispositivo que foi
207 construído na época, embora não tenha sido aprovado, o plano de manejo da unidade, era que teria a vazão de 30% em todas as
208 nascentes dentro da unidade de conservação, e um prazo de cinco anos da publicação do plano de manejo para que pudesse ser
209 apresentado estudos que demonstrassem qual deveria ser o método adotado para que pudesse haver uma definição fonte a fonte
210 da vazão necessária para manutenção dos cursos d'água, então esse contexto dos 20% e 30% é da necessidade da vazão
211 ecológica. Paulo lembrou que a não existência de vazão ecológica é praticamente a certeza da extinção de espécie no caso do
212 Caranguejo e do Soldadinho do Araripe. Essa é a grande preocupação da vazão ecológica. O sr. Weber Girão da AQUASIS,
213 reforçou a história do cálculo da vazão ecológica como foi apresentada na legislação de águas, falou que o comitê tem uma
214 oportunidade de deliberar de como fazer uma política pública que vai na contramão do que a gente vê no cenário nacional,
215 falou que estamos no coração do semiárido e temos a oportunidade de poder dividir as águas de uma forma justa, que é
216 conservando esse recurso hídrico para as próximas gerações e também para os seres vivos que fazem dessa região ser um
217 Oásis. Explicou que a perca de nascente não é algo desejável, inclusive tem oportunidade de melhorar a efetividade das
218 resoluções ou deliberações como essa que foi apresentada da fonte Vale Verde, que tem cinco anos aproximadamente, e que
219 nunca se efetivou, porque atualmente não está sendo respeitada, e que após a deliberação da vazão ecológica pode começar
220 com a regularização das fontes. O sr. André Ramos de Souza representante da SAAEC, colocou no chat que deve ser
221 considerado que fixar um percentual de vazão ecológica não se configura com algo aplicado na prática, uma vez que pela
222 grande variação das vazões, ou seja, 20% ou 30% da vazão de uma fonte muito pequena não conseguirá produzir suas funções
223 ecológicas, já em uma fonte como a Batateiras produzirá um volume muito grande, dessa forma sugeriu que se faça um estudo
224 de fonte a fonte para determinar o percentual adequado de vazão ecológica para cada fonte, outro questionamento é com
225 relação a recuperação das levadas, pois não adianta só soltar a água sendo que o percurso deve ser preservado assim como deve
226 ser fiscalizado, falou que devemos ainda verificar a possibilidade do reúso desses volumes após perfazer todo seu trajeto
227 natural, essa água pode ser reutilizada para abastecimento humano. Alberto Medeiros falou que no decreto nº 31.076 de 2012,
228 só frisa que a vazão ecológica é prioridade na lei, só não diz o percentual, e esse é o problema, pois tem que ser definido
229 quanto é a porcentagem, para que seja incluído no cálculo de outorga. Edmar Pinheiro explicou que o decreto responde que
230 tem que ter vazão ecológica, o ponto central é a porcentagem da vazão ecológica, e sugeriu que fosse criado um grupo de
231 trabalho para discutir sobre o tema com prazo para terminar já que tem urgência para essa decisão. Ficou acordado e aprovado
232 pela plenária que esse tema fosse levado para Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS, e a câmara definir um prazo
233 para finalização desse debate. E que a próxima reunião da CTAS será no dia quatro de junho de 2021. Logo após, Rafael
234 landim informou que foi enviado por e-mail os certificados da capacitação que foi realizado no começo do ano. Em seguida,
235 Cicero Dias fez a leitura dos requerimentos: Requerimento nº 003/2021 que solicita que a diretoria envie um ofício ao Fórum
236 Cearense Comitê de Bacia Hidrográficas do Estado do Ceará a antecipação da reunião de alocação dos Vales Jaguaribe e
237 Banabuiú; Requerimento nº 004/2021 criado pela microbacia IV, solicita que seja incluído na pauta da 69ª reunião Ordinária
238 do CSBH Salgado, o encaminhamento da Comissão Gestora do açude Rosário, realizada no último dia 19 do corrente mês
239 para os Parâmetros de alocação, para o segundo semestre de 2021, que prevê uma vazão mínima de 200 l/s e uma vazão
240 máxima de 400 l/s, respeitando os 41,5 l/s para o abastecimento humano a cargo da CEGECE e do SISAR. O vice- presidente
241 do CSBH Salgado, Edmar Pinheiro agradeceu a participação de todos por fazer a gestão participativa. Nada mais havendo a ser
242 tratado, o Presidente em Exercício Francisco Edmar de Sousa Silva Pinheiro encerrou a sessão e nós: Cícero Dias de Lima e
243 Nayara de Souza Ribeiro, lavramos a presente ata que após lida e aprovada será assinada por nós e todos os presentes abaixo
244 relacionados:

245 Cícero Dias de Lima _____
246 Nayara de Souza Ribeiro _____
247 Alan Robson Ricardo Alves _____
248 Anderson Lima dos Santos _____
249 André Fiúza de Menezes _____
250 André Ramos de Souza _____
251 Antônio Domingos Alves _____
252 Antonio Laurentino da Silva _____
253 Antônio Vidal da Silva _____
254 Carlos Augusto _____
255 Cicera Aristides Pereira _____



**ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA SUB-BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO SALGADO, DE FORMA
VIRTUAL, VIA PLATAFORMA MICROSOFT TEAMS
REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DO MÊS DE MAIO
DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.**



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria dos Recursos Hídricos

- 256 Cícero Roberto Marques Marcelino _____
257 Claudiana Nascimento de Sousa _____
258 Dayson Gomes Neri _____
259 Expedito Fernandes da Silva _____
260 Francisco Alexandro Fabrício _____
261 Francisco Edmar de Sousa Silva _____
262 Francisco Fernandes Ferreira _____
263 Francisco Furtado Guedes _____
264 Francisco José de Paula Filho _____
265 Jaqueline de Jesus Lima _____
266 Jimmy Kendal Barros Monteiro _____
267 João do Carmo Parnaíba _____
268 Jomávia Lacerda Correia _____
269 José Acácio de Moraes Lima _____
270 José Alves dos Santos Neto _____
271 José da Costa _____
272 José Ferreira Lima _____
273 José Francisco Rodrigues _____
274 José Marcílio dos Anjos Feitosa _____
275 José Ventura Saraiva _____
276 Lara Vitória Terra Macedo Freitas _____
277 Luciene Sousa Silva _____
278 Luiz Amisterdan Alves de Oliveira _____
279 Manoel Jorge Pinto da Franca _____
280 Marcelo Gutierrez Wuerzius _____
281 Maria Gabriel da Silva _____
282 Maria Lúcia Ferreira Alves _____
283 Maria Maiany Piava Lima _____
284 Maria Naiara Ferreira de Lucena _____
285 Samuel Pereira de Sousa _____
286 Sheyla Ramalho _____
287 Tânia Maria de Figueiredo Cardoso _____
288 Tarciso Simião Leonardo _____